



**ACÓRDÃO Nº1875/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11945/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Sr. Maylson Vieira de Araújo.
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6076/2022-DIMP-MPC-GPG, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2021, da Câmara Municipal de Eirunepé, de responsabilidade do **Sr. Maylson Vieira de Araújo**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Maylson Vieira de Araújo**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé e Ordenador de Despesas, à época, no valor de R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista a impropriedade não saneada na Fundamentação deste Voto (Impropriedade nº. 08), e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do



**ACÓRDÃO Nº1875/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.3.1.** ausência de cópia da Lei que fixa os subsídios dos Vereadores para a legislatura 2021/2024, pois a que consta é a Lei Municipal nº 003/2012 de 21/09/2012, fixa os subsídios para a legislatura de 2013/2016, em desacordo com inciso XII, art. 1º, da Resolução TCE nº 006/2009;

**10.3.2.** ausência de comprovação de envio ao TCE/AM da Lei instituidora e do ato de nomeação do Controlador, nos termos do art. 21 da Resolução TCE nº 9/16;

**10.3.3.** ausência de justificativas sobre as concessões de diárias, sob pena de descumprimento do art. 37, caput, da CF/1988 (princípio da impessoalidade e da moralidade), conforme análise dos processos de pagamento de diárias aos vereadores abaixo relacionados, a ausência de comprovante de deslocamento (bilhete de viagem aérea, fluvial ou terrestre), assunto objetivo para o órgão/entidade designado, relatório de viagem e outros documentos pertinentes ao deslocamento;

**10.3.4.** ausência de Procuradoria Jurídica com rol de Procuradores e a Natureza do vínculo laboral;



**ACÓRDÃO Nº1875/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.5.** ausência do Serviço de Informação ao Cidadão com instalações físicas de atendimentos aos interessados;
- 10.3.6.** ausência de declaração de bens nas pastas funcionais dos servidores da Câmara Municipal de Eirunepé;
- 10.3.7.** ausência do Inventário de Bens Patrimoniais Móveis, conforme art. 2º, Inciso IX, da Resolução nº 05/1990-TCE/AM;
- 10.3.8.** ausência de utilização de controles específicos de almoxarifado, com registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos objetos, bem como das existências dos estoques, contrariando o art. 95 da Lei nº 4.320/64;
- 10.3.9.** ausência de informações sobre se a autoridade competente justificou a necessidade da contratação, na forma do art. 3º, I, da Lei nº 10.520/02 e arts. 9º, III, §1º e 30, I, do Decreto nº 5.450/05, e art. 2º, caput, e parágrafo único, VIII, da Lei nº 9.784/99;
- 10.3.10.** ausência de informações sobre se há justificativa para a exigência de índices contábeis, porventura exigidos, que comprovem a boa situação financeira dos licitantes, na forma do art. 31, §5º, da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.11.** ausência, no procedimento licitatório, se há indicação de recurso próprio para a despesa, na forma do art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.12.** ausência de informações sobre se o Convite exige o cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil), como determina o art. 27, V, da LLCA;
- 10.3.13.** ausência do parecer jurídico, conforme determina o art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.14.** ausência de justificativa sobre se os autos foram



**ACÓRDÃO Nº1875/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

instruídos com o ato de designação da comissão de licitação, na forma do art. 38, III, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.15.** ausência de participação de um representante da administração para o acompanhamento e fiscalização do contrato, bem como de um preposto do contratado, no local do serviço, para representa-lo, conforme determina o art. 67 e 68, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.16.** ausência de informação se no que trata para a duração dos contratos regidos por esta Lei, ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, com as exceções legais, na forma do art. 57, I e II, da Lei nº 8.666/93;

**10.3.17.** com base nas informações fornecidas pelo Sistema E-Contas – GEFIS verificou-se que as disponibilidades financeiras não são suficientes para cobrir as obrigações financeiras e restos a pagar não processados assumidos ao final de 2021, constatado descumprimento de suficiência de caixa, em descumprimento ao artigo 1º, §1º, c/c o artigo 42, da LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais 2021 – 11ª Edição, artigo 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996 (LOTCE/AM), c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 40ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 1 de Novembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº1875/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS em 09/11/2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 82462DE5-167E0250-B1D9AC0B-9D7CC829